



REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DE BRANQUITUDE EM SALVADOR: UM ESTUDO PSICOSSOCIAL EXPLORATÓRIO DA RACIALIZAÇÃO DE PESSOAS BRANCAS¹

Lúcio Otávio Alves Oliveira²

Resumo: O contexto multirracial brasileiro propicia dinâmicas diferenciadas da experiência subjetiva para negros e brancos. Reitera-se que fatores das desigualdades raciais, como preconceito, discriminação racial são problemas exclusivos dos negros. Estudar o papel do branco nas relações raciais é importante porque a construção de si mesmo e do outro são indissociáveis. A psicologia brasileira possui escassa produção da temática racial, revelando que ela escapa ao olhar e cuidados profissionais. Através dos depoimentos de oito graduandos, ambos os sexos, auto-identificados de cor branca, dos cursos de Psicologia e Ciências Sociais da UFBA; utilizando técnicas de análise do discurso, levantaram-se questões sobre como se constituem as representações sociais de brancos sobre si mesmos, significados associados à branquitude, e fizeram-se descrições e análises do conteúdo. As representações foram marcadas pela reapresentação de que ser branco é ser “normal”; não implicação e minimização da problemática racial e não reconhecimento de privilégios oriundos das desigualdades raciais.

Palavras-chave: branquitude, representações sociais, discriminação racial, subjetividade.

SOCIAL REPRESENTATIONS OF WHITENESS IN SALVADOR: A PSYCHOSOCIAL EXPLORATION STUDY OF THE RACIALIZATION OF WITH PEOPLE

Abstract: The Brazilian multiracial context provides differentiated dynamics of subjective experience for blacks and whites. It is reiterated that factors of racial inequalities, such as prejudice, racial discrimination are unique problems of blacks. Study the role of the white in race relations is important because the building of itself and of the other is inseparable. Brazilian Psychology has scarce production of the race issue, revealing that it escapes the gaze and professional care. Through the testimonies of eight graduate students, both genders, self-identified white color, from the Psychology College and Social Sciences College of the UFBA; using techniques of discourse analysis, questions arose about how it is constitute the social representations of whites over themselves, meanings associated with whiteness, and descriptions and analyzes were made about the content. The representations were marked for the representation that to be white is to be "normal"; no implication and minimization of problematic racial and non-recognition of privilege arising from racial inequalities.

Keywords: whiteness, social representations, racial discrimination, subjectivity.

¹ Artigo originado a partir da dissertação de mestrado “Expressões de Vivência da Dimensão Racial de Pessoas Brancas: Representações de Branquitude entre indivíduos brancos em Salvador, Bahia”, desenvolvida sob orientação do professor doutor Antonio Marcos Chaves, e defendida em Março de 2007, no programa de Pós-Graduação em Psicologia da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal da Bahia. Apoio Financeiro: Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia – FAPESB.

² Doutorando em Ciência Política pela Universidade da Califórnia, Los Angeles; Mestre e Bacharel em Psicologia pela Universidade Federal da Bahia. Contato: luciomagano@yahoo.com.br



REPRÉSENTATIONS SOCIALES DE BLANQUITUDE DE SALVADOR: UN ÉTUDE PSYCHOSOCIALE EXPLORATOIRE DE RACIALISATION DES PERSONNES BLANC

Résumé: Le contexte multiracial brésilienne offre dynamiques différenciés d'expérience subjective pour les noirs et les blancs. On se réitère que facteurs des inégalités raciales, tels que les préjugés, la discrimination raciale sont des problèmes uniques de noirs. Étudier le rôle du blanc dans les relations de race est important parce que le construction de lui-même et de l'autre sont indissociables. La psychologie brésilienne a peu production de la thématique raciale, en révélant qu'elle échappe à l'œil et de soins professionnels. À travers de les témoignages de huit étudiants des cycles supérieurs, des deux sexes, auto identifiés de la couleur blanche, des cours de psychologie et des sciences sociales de UFBA; en utilisant des techniques de l'analyse du discours, on se levaient questions sur comme se constituent les représentations sociales des blancs sur eux-mêmes, signifiés associées à la blanchitude, et se faisaient descriptions et analyses de contenu. Des représentations ont été marquée pour la représentation de que être blanc est d'être "normal"; ne pas implication et de minimisation de la problématique raciale et non-reconnaissance de privilèges découlant des inégalités raciales.

Mots-clés: Blanchitude; Représentations Sociales; Discrimination Raciale; Subjectivité.

REPRESENTACIONES SOCIALES DE BLANQUITUD EN SALVADOR: UN ESTUDIO PSICOSOCIALES EXPLORATÓRIA DE LA RACIALIZACIÓN DE LAS PERSONAS BLANCAS

Resumen: El contexto multirracial brasileño propicia dinámicas diferenciadas de la experiencia subjetiva para negros y blancos. Se reitera que hechos de las desigualdades raciales, como prejuicio, discriminación racial son problemas exclusivos de los negros.

Estudiar el rol del blanco en las relaciones raciales es importante, porque la construcción de si mismo y del otro son indisociables. La psicología brasileña posee escasa producción de la temática racial, revelando que ella escapa al mirar de cuidados profesionales. A través de los depoimentos de ocho graduados, ambos los sexos, auto-identificados de color blanca, de los cursos de Psicología y Ciencias Sociales de la UFBA; utilizando técnicas de análisis del discurso, se levantó cuestiones sobre cómo se constituyen las representaciones del blanco sobre si mismos, significados asociados a la blanchitude, hicieron las descripciones y análisis del contenido.

Las representaciones fueron marcadas con la representación que ser blanco es ser "normal"; no implicación y minimización de la problemática racial y no reconocimiento de privilegios oriundos de las desigualdades raciales.

Palabras-clave: Blanchitude; Representaciones Sociales; Prejuicio Racial; Subjetividad.

INTRODUÇÃO

O contexto social de uma cidade multirracial como Salvador propicia dinâmicas bastante diferenciadas em termos da experiência subjetiva para negros e brancos. A marca da diferença começa bem cedo: em casa, na escola, na rua, ou seja, nos espaços de educação e socialização. Não é difícil vislumbrar que negros e afrodescendentes enfrentem vários problemas de identidade num contexto como esse, afinal, muitas vezes os elementos de



identificação estão associados com uma condição humana pré-definida como negativa ou inferior.

As vítimas do preconceito e discriminação raciais – negros e brancos – mereceriam a atenção de uma ciência psicológica tanto no plano individual quanto no plano coletivo, sob o olhar de uma Psicologia Social (Munanga, 2003). As formas mais explícitas de preconceito e discriminação que se podem observar, devem ser vistas como fenômenos relativamente mais objetivos do que se costuma chamar de preconceito racial. A parte mais profunda e difícil de investigar corresponde aos preconceitos não manifestados, embora presentes na mente das pessoas, assim como as conseqüências dos efeitos da discriminação na estrutura psíquica das mesmas. É importante investigar as dimensões subjetivas presentes na manutenção da discriminação racial, e que a Psicologia coloque os seus saberes e práticas a serviço do entendimento das questões que envolvem relações raciais.

Contudo, pouco tem sido produzido pela Psicologia, no Brasil, acerca da temática afrodescendente. Segundo um levantamento feito por Ferreira (1999), de quase 5 (cinco) mil artigos, entre periódicos, dissertações e teses de Psicologia produzidas no Brasil de 1987 a 1995, foram encontrados apenas 12 (doze) trabalhos que de alguma forma contemplavam a temática. Traçando um quadro mais atualizado das publicações sobre a temática negra em periódicos de Psicologia, Chaves (2006) realizou um levantamento nas revistas disponíveis no portal de periódicos da CAPES – acesso livre. No período analisado (janeiro de 1997 a fevereiro de 2006) foram publicados 1.833 artigos nas 15 revistas científicas analisadas, mas, desse total, apenas dezesseis focalizaram temáticas do negro, o que perfaz um percentual de apenas 0,87% das publicações nas referidas revistas.

O fato de haver uma escassa produção do tema na Psicologia brasileira indica que a questão tem, na maioria das vezes, escapado ao olhar e aos cuidados dos profissionais de Psicologia. Estes profissionais são produtos de uma sociedade na qual há uma grande dificuldade em abordar o tema das relações raciais para discuti-lo. Acredita-se em uma sociedade desracializada, tendo as tensões e as desigualdades raciais existido em tempos passados e se resolvido pela miscigenação. De acordo Silva (2001), nesse caso pode-se dizer que há um impedimento de acesso epistemológico no que diz respeito à questão das relações raciais.

A proposta da presente dissertação de mestrado foi analisar questões presentes na vivência da dimensão racial de pessoas auto-identificadas como brancas moradoras da cidade de Salvador, à luz da teoria psicossocial das representações sociais e dos estudos críticos de



branquitude. O objetivo geral foi investigar representações sociais de branquitude entre indivíduos brancos; e, mais especificamente, descrever e analisar representações sociais de pessoas brancas sobre si mesmas e os significados associados à branquitude, tendo como fundamento psicológico os processos de mediação social e de subjetivação que irão conformar aquelas representações e vincular significados.

Para melhor compreender as nuances das relações raciais em uma cidade como Salvador, é importante investigar como se constrói e se sustenta o processo de reprodução de discriminação a partir da relação entre negros e brancos. Cabe perguntar: Quais seriam os elementos que compõem os alicerces da percepção dos brancos em relação a si mesmos e em relação aos negros? Como se dá a vivência da dimensão racial para os brancos? Quais os significados que estão atrelados a suas próprias racialidades? Como pensam, definem, raça, racismo? Com isto, pretendeu-se apreender alguns aspectos que envolvem as relações que essas pessoas mantêm consigo, com o grupo ao qual consideram pertencer e com o grupo afrodescendente.

CONSIDERAÇÕES METODOLÓGICAS

A pesquisa foi orientada por análises qualitativas. Tratou-se de um estudo exploratório de características de sentido subjetivo social que se expressam no regime discursivo, revelando práticas sociais. Pretendeu-se qualificar os fenômenos e não investigar a sua existência ou inexistência, e através dos depoimentos levantar questões sobre como se constituem as representações e fazer a descrição do conteúdo das mesmas. Os participantes da pesquisa foram oito estudantes de graduação, auto-identificados (as) de cor/raça branca, na faixa etária entre 20 a 30 anos, sendo quatro do sexo masculino e quatro do sexo feminino, dos cursos de Psicologia e de Ciências Sociais da Universidade Federal da Bahia, perfazendo dois estudantes de cada sexo para cada um dos cursos. Foram realizadas entrevistas em profundidade, gravadas digitalmente, realizando-se posterior transcrição. Quanto à seleção dos participantes, haviam três procedimentos de inclusão – exclusão: 1) confirmação ou não da pertença racial através de auto-identificação; 2) idade na faixa etária de 20 a 30 anos; 3) sondagem sobre envolvimento e/ou atuação sistemáticos em grupos de discussão e combate ao preconceito e discriminação racial, no passado ou à época da realização da entrevista. Os relatos foram analisados mediante o uso de técnicas de análise de discurso. Após a transcrição e a conferência das entrevistas pelo pesquisador, buscou-se por padrões de respostas e associações, e com base na frequência, relevância e nos objetivos e finalidades da pesquisa,



definiu-se temas para análise e discussão. Neste artigo contemplaremos apenas um dos temas, intitulado, a “relativa falta de consciência da própria racialidade e dos privilégios de ser branco (a)”.

O QUE SE SABE SOBRE A BRANQUITUDE?

O estudo do papel do branco nas relações raciais constitui-se em uma importante reflexão sobre os porquês da manutenção das desigualdades raciais, uma vez que historicamente estas são imputadas à população negra. Não sem razão, a maioria dos estudos que investigam as causas das desigualdades raciais focalizam e problematizam os indivíduos negros. A aplicação do conceito de branquitude possibilita um direcionamento alternativo e fundamental para o avanço da discussão das relações raciais, impulsionando a utilização de abordagens do conceito de raça como construto social, transformável e maleável. Investigar o funcionamento e manutenção sistemáticos do racismo a partir da fala do branco sobre ele mesmo e sobre o outro, é ir em direção ao esclarecimento do porquê do silêncio em torno dos privilégios da brancura.

A branquitude não é simétrica a termos raciais, culturais, associados ao negro, como por exemplo, a negritude. Ao contrário do caráter afirmativo, contestatório e explícito do projeto transnacional de negritude, a noção de branquitude foi construída ao longo do tempo, mesclando-se de forma impositiva a elementos de diversas culturas não-brancas. A condição de alteridade, substancial para as relações humanas, não se apresenta como válida para a “cultura branca”, somente para o outro. Consequentemente, a estrutura e consistência das noções da branquitude vivenciada têm origens profundas naquilo que se observa, e que hierarquicamente se diferencia no outro. Para além de diferenciar, em meio à diversidade racial e étnica de uma sociedade multirracial como a soteropolitana, a branquitude emerge dissecando no outro aquilo que lhe parece estranho e indesejável. Tal processo de construção identitária, por vias predominantemente excludentes e assimétricas, nos leva a indagar se não seriam as pessoas brancas possuidoras de uma peculiar consciência étnico-racial, muito mais solidificada pela desidentificação com um ser negro, do que com a dita pertença racial branca?

Esse aspecto da desidentificação com o outro, oferece elementos para análise da conformação de uma identidade racial branca, e também permite que nos desloquemos do exame de um racismo individual, que descreve as atitudes de preconceito e discriminação como predominantemente praticadas por pessoas desprovidas de educação formal, ignorantes



e desinformadas. Considerando as relações do cotidiano, podemos indagar: como se dá o exercício da branquitude? O que faz com que as pessoas se mantenham atreladas à branquitude e à identidade racial branca que lhes foi atribuída em determinado contexto social?

REFERENCIAL TEÓRICO

O referencial teórico utilizado foi o de representações sociais de Serge Moscovici (1978). Tal conceito traz a noção de um sistema elaborado socialmente, constituindo-se em campos de comunicação e transmissão de sentidos socialmente estruturados. Tais representações intervêm na definição da identidade em contextos sociais, permeando atitudes e visões de mundo, e se concretizam, expressam, em práticas sociais e culturais. A capacidade representacional diz respeito a um sujeito psicológico, mas não pode ser entendida sem levarmos em conta a dimensão de alteridade. No caso do presente estudo, a análise dessa dimensão de alteridade trouxe dados e informações relevantes para descrever e discorrer sobre os significados de pertencer a um grupo que não vivencia marcadamente a experiência racial em seu cotidiano.

Além disso, as respostas individuais são tomadas “enquanto manifestações de tendências do grupo de pertença ou de afiliação do qual os indivíduos participam” (Jodelet 1984, citada por Spink, 2003, p.120). Cada sociedade tem um percurso e é com base neste que tem que se explicar o que ela é. Não há elementos extra-históricos, naturais, a-sociais, genéricos, uma vez que “a compreensão do processo de construção dos sentidos exige a análise da história das relações dos indivíduos com aspectos de sua cultura” (Chaves, 2002, p. 47).

Jodelet (2005) realizou uma investigação clássica na qual enfatizou o estudo das representações sociais enquanto formas de expressão de sentidos e indicadores de comportamentos não explicitados, os quais não necessariamente possuem uma funcionalidade para a vida cotidiana ou para a comunicação entre os sujeitos. Interessou-nos no presente estudo focalizar o caráter das práticas das pessoas como elemento que permitisse analisar informações subjacentes sobre as representações sociais. Para Rey (2004), é tarefa indispensável no estudo das representações sociais, buscar a expressão de comportamentos, não conscientizados, que podem ser portadores de uma diversidade de sentidos subjetivos, introduzindo assim elementos de conotação afetiva que têm que ser investigados mais a fundo, e também “portadores de uma significação que os sujeitos não explicitam em seus



sistemas conceituais” (Rey, 2004, p. 93), mas que está no repertório de significados de uma dada sociedade e cultura.

REPRESENTAÇÕES SOCIAIS, SUBJETIVIDADE E RELAÇÕES RACIAIS

Partir da história das relações raciais no Brasil e introduzir uma perspectiva de se considerar os sujeitos e a subjetividade para estudar os fenômenos do preconceito e discriminação racial, faz com que seja crucial compreendermos, em primeiro lugar, que a subjetividade não é algo que está dentro de nós, como se fosse uma essência que cada pessoa carrega consigo. A subjetividade é construída, ela se desenvolve nos processos das relações sociais dentro das culturas onde as pessoas vivem. Trata-se de uma subjetividade histórica, social, e sendo assim, ela somente pode ser compreendida na dinâmica dos relacionamentos entre os grupos humanos.

Em se tratando da intersecção entre Psicologia e a questão racial no Brasil, é imprescindível falar em aprendizagem, transmissão e circulação de um repertório de preconceito e discriminação racial contra o negro que persiste em nossa sociedade e que é vivenciado cotidianamente. Tratando especificamente da aprendizagem, entendemos-a como um termo adequado para demonstrar a condução a uma familiarização com algo. A aprendizagem não remeteria primordialmente a operações cognitivas e/ou situacionais; devemos considerar os seus níveis de constituição subjetiva.

Adicionalmente, tomada na perspectiva das representações sociais e circulação de conhecimento, a aprendizagem como processo subjetivo adquire um sentido diferenciado em cada sujeito psicológico, e em cuja expressão se integram de diferentes formas as subjetividades social e individual, as quais produzem as condições subjetivas pelas quais transita o sujeito que aprende (Rey, 2002). Neste sentido a aprendizagem expressa uma complexa configuração subjetiva individual, que de forma permanente está comprometida com as situações que o sujeito enfrenta dentro do espaço de subjetividade social em que se desenvolve.

Desde cedo em nossas vidas vamos construindo certas compreensões de mundo. E, enquanto sujeitos inseridos numa determinada sociedade, o valor que cada grupo humano vai estabelecer para um outro grupo humano depende também do modo como apreendemos as relações entre estes. Com isso, o que se pretende colocar é que as representações sociais, as referências de valor e significados associados aos grupos negro e branco, estarão intimamente vinculadas com os modos e as nuances dessas relações. Conformando uma práxis sustentada



por sistemas de crenças e padrões culturais, que se configuram em estruturas complexas e apontam a necessidade de se partir das relações sociais para compreender como e por que agimos e pensamos de determinadas maneiras, e afirmando o caráter histórico, de transmissão, transgeracional da consciência (Sawaia, 1995). Pode-se então, daí depreender os múltiplos processos que concorrem para a elaboração e manutenção do caráter desigual manifesto em práticas sociais preconceituosas e discriminatórias.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A “Relativa” Falta de Consciência da Própria Racialidade e dos Privilégios de ser Branco (a)

De maneira geral, as pessoas entrevistadas reconheceram a existência do preconceito racial contra negros na cidade de Salvador. Também, os significados e a visibilidade da racialidade do outro (negro) não foi algo difícil de expressar e caracterizar:

“Claro... É visível, né. As pessoas falam, os negros falam do preconceito que eles sentem, que eles sofrem, aqui...”

“...claro que considero. Acho que isso é um ranço da sociedade brasileira, né... Então acho que dizer que isso não está entranhado na gente ainda é mentira. É no mínimo... ingenuidade.”

“Alguns dizem que não, mas eu acho que sim. O preconceito racial é meio mascarado aqui em Salvador, mas eu acho que existe, sim...”

Sem dúvida, é importante o fato de que estas pessoas tenham identificado a persistência da discriminação racial contra pessoas negras. Os relatos utilizados para caracterizar a existência da discriminação reforçam o que foi dito anteriormente, sobre estes sujeitos durante suas vidas serem colocados na situação de aprender a reconhecer, distinguir e sustentar diferenciações raciais (Frankenberg, 1999). Pensar, conscientemente, nos efeitos profundos que o ser branco exerce em seu cotidiano não é algo que atravessa a vida das pessoas brancas (Martin et al. 1996, citados por Steyn, 2004). Porém, devemos observar que esse posicionamento opera junto com a neutralização de sua pertença racial branca, pois não vêem a necessidade de falar sobre a sua própria cor e raça, e implica também num efeito de natureza normativa a ponto de não pensarem sobre si enquanto seres racializados: toma-se ser branco por norma e padrão, a partir do qual os outros grupos serão hierarquizados.



“É como eu sinto, às vezes, como se fosse o padrão, e as outras pessoas que não são esse padrão é que se sentem mais ou menos, o branco é mais estável nesse sentido, o branco é o comum, é o que eu queria dizer.”

“...A gente não pensa muito sobre isso... Afinal a cor da pele...pra gente não é muito uma roupa que a gente veste... pra gente branca, mais branca”.

O caráter evasivo de trechos como esses acima também está relacionado à resistência em reconhecer que, sim, os aspectos raciais conformam suas vidas, dando sustentação a privilégios raciais (Hyde 1995, citado por Steyn, 2004). Mais uma vez, os depoimentos dos entrevistados demonstram que a interpelação racial não se faz presente em suas vidas. Provavelmente, por não haver para elas esse questionamento racial, as respostas que fornecem sobre o significado de ser branco são evasivas, superficiais: “...o gene predominante...” foi o gene branco do pai ou o da mãe. Ou ainda, que ser branco é possuir “...cabelo liso, a pele clara...”.

A ausência de demarcação e reflexão sobre a pertença racial é algo que assume contornos significativos na experiência de vida dos entrevistados. Alguns disseram nunca terem pensado nas implicações do aspecto racial em suas experiências de vida. Para outros, questionamentos vieram à tona nos primeiros minutos da entrevista, relatando que após aceitarem participar do estudo, autoidentificando-se como branco/branca, começaram a refletir mais detidamente sobre os significados da sua racialidade.

É necessário considerar ainda que, para os entrevistados, perguntas como, “o que significa ser branco (a)?”, trouxeram desconforto, vazio e disparou reflexões, que resultaram no esforço de falarem como pessoas brancas definem e vivenciam a dimensão racial. Enquanto que para as pessoas entrevistadas a pergunta fez refletir sobre algo que nunca pensaram ou não costumam pensar, para as pessoas negras a interpelação racial está sempre presente desde os primeiros anos de suas vidas, de várias formas. O fato de não pensar sobre a própria raça ou cor não quer dizer que isso não exista ou seja menos relevante para pessoas brancas. Ao contrário, deve-se mais uma vez ressaltar que vivências dessa natureza se dão em meio ao silêncio que guarda a branquitude, e à visibilidade excessiva dos negros.

Além de reforçar a diferença ressaltada na vivência da dimensão racial para pessoas negras e brancas, os depoimentos apontam para um saber pouco elaborado da branquitude, e à medida que os participantes respondem que não sabem, surgem referências para tentar dar conta das lacunas:



“... E acaba que o próprio branco não tem uma noção do que é ser branco, no sentido assim como o negro tem do que é ser negro. Assim, no sentido de raiz, no sentido de cultura, eu acho que fica mais difuso. Acho que não tem muito, assim, o que é ser branco”.

PORTAS-ABERTAS

Durante as entrevistas também foi expressado como forma de privilégio racial, a percepção de “ter as portas sempre abertas”, uma espécie de passaporte, que não é individualizado, mas presente numa conjuntura social bem maquinada. É importante enfatizar que isso não é exatamente demandado pelas pessoas, como um direito delas. Caso o fizessem, seria uma explícita contradição do discurso dominante de igualdade e meritocracia – os mais trabalhadores, os mais dedicados, os mais bem-dotados intelectualmente, etc. –, que nega a existência e persistência de desigualdades raciais.

“Eu acho que, de repente, alguns acessos ficam mais fáceis... Assim, qualquer tipo de acesso que dependa da minha imagem. Eu acho que facilitaria.”

“Não sei... você está falando a coisa da cor, o que significa você ter a pele branca. Uma coisa é essa coisa que eu falei de nunca ter passado essas coisas, de me olharem feio, de nunca me barrarem em lugar nenhum...”

Ao se questionarem sobre se há privilégios em ser branco/branca, uma vez que “alguns acessos ficam mais fáceis”, surge a evasão do poder que acompanha a situação:

“É tipo assim, eu não preciso chegar em lugar nenhum e dizer ‘Eu sou branco, me atendam bem.’, mas talvez eu seja melhor atendido do que uma pessoa negra...”

“Privilégio eu não sei não, mas vantagem... Privilégio? Pois é, eu fico me perguntando se é por ser branco ou se é por ter um acesso a algumas coisas, a bons estudos. Então, isso me dá condições de falar melhor. Por exemplo, eu posso chegar nos lugares e seduzir melhor as pessoas pela minha fala.”

Um dos argumentos citados pelos estudiosos que afirmam ser a branquitude invisível e não-marcada, é o de que as pessoas brancas não reconhecem ou facilmente admitem tais privilégios advindos das desigualdades raciais (Rasmussen et al., 2001; Lipsitz, 1988; Gallagher, 1997). Como vimos acima, a tentativa de diferenciar privilégio de vantagem não foi convertida num argumento de contestação. Por outro lado, podemos considerar que o acúmulo dessas vantagens pode ter como resultado exatamente a conformação do privilégio. No depoimento acima observa-se a anunciação de uma espécie de privilégio que é sabido, mas que não é assumido como tal.



Se há a dúvida sobre ter vantagem devido ao fato de ser branco ou ter tido acesso a “...algumas coisas...”, como, “...bons estudos...”, pode-se mencionar o precedente de que em nossa sociedade ter acesso a escolas particulares com ensino de qualidade, se constitui num privilégio para a maioria da população branca, e numa exceção ou esforço para a maioria da população negra. Ainda concentrando a análise na evasão de poder diante do exercício da branquitude, quando o privilégio racial entra em jogo, está na interdependência com um outro que dá continuidade ao curso das desigualdades.

“Acho que tem esse privilégio estético, de que de repente se eu for colocada em teste e esse teste contar com a aparência, a depender do entrevistador eu tenho uma vantagem”.

Nenhum dos entrevistados declarou ter pessoalmente vivenciado, de forma concreta, a experiência de que o fato de ser branco proporcionou privilégio numa dada situação, e certos momentos de suas falas indicam que uma outra pessoa que colocaria o privilégio em curso, não elas. No trecho acima, “...a depender do entrevistador”, também pode cumprir o papel de amortizar o reconhecimento do privilégio que se sabe ter, afinal não é uma situação de mérito, nem da qual se deva orgulhar. Já o “...privilégio estético...”, em situações similares à ilustrada, é o requisito da “boa aparência” para ocupar determinada posição no mercado de trabalho. Por fim, os conhecimentos, melhor formação e preparo oriundos dos bons estudos, cedem espaço para uma avaliação subjetiva baseada em privilégios raciais, feita por outra pessoa.

Diante desses relatos, negar, transferir para um outro a atitude ativa, ou não ter a certeza da existência do privilégio, não tem efeito neutralizador. Novamente, é notável que os entrevistados não tenham mencionado nenhuma situação concreta da qual obtiveram privilégio. Reconhece-se a existência de que “...há alguns privilégios, nesse sentido de oportunidades e de acesso... circulação. Em alguns lugares ... a circulação fica mais favorecida para quem é branco, e algumas oportunidades...como essa questão do emprego...”, mas há o limite de não anunciar que se é portador ou portadora de tal vantagem. Também, chama a atenção o fato de que ao responder se esse privilégio ronda suas experiências de vida, o fazem com bastante cuidado e hesitação, afastando mais do que aproximando de si.

Apesar de não terem responsabilidade nem controle individual de gozo do privilégio, talvez o cuidado e a hesitação tenham relação com evitar ser colocado numa situação moralmente difícil (Duster, 2001): num contexto social bastante desigual, reconhecerem que



estão no lado privilegiado, com o agravante de que não basta simplesmente dizer que se quer abrir mão, desistir daquele privilégio, para que ele cesse.

Outra questão importante a ser destacada é que, quando discorrem sobre o privilégio, e como o caracterizam, mesmo demonstrando algum nível de reconhecimento, não surge um discurso de questionar a ordem ou tipos de ações para a promoção de igualdade de oportunidades, por exemplo. Sobre a discriminação racial contra negros conseguem falar e mesmo consideram que há o que se fazer. Mas em relação aos privilégios da branquitude não se consegue, não se pode falar muita coisa, nem mesmo parecem saber o que fazer para abolir, ou desistir deles. Vimos que existe a dificuldade em admitir que no processo histórico de discriminação racial há ganhos para alguns, perdas para outros e a persistência de uma série de desigualdades.

FORA DA BRANQUITUDE

Num estudo de 1998, a psicóloga Edith Piza (2003) escreveu sobre suas reflexões enquanto pessoa branca investigando a temática racial. A pesquisadora enfatizou que não fazia parte de sua experiência cotidiana a reflexão sobre a própria pertença racial, e que também esta nunca havia sido objeto de questionamento por outros. Um dos entrevistados para esta dissertação de mestrado relatou uma experiência na qual sua pertença racial foi questionada, tendo sido a vivência marcante para ele:

“...Eu me senti alvo de preconceito. E preconceito como não branco, como um escuro, era assim que eles me chamavam, de escuro. E aí eu ‘Tudo bem, escuro, sou escuro’. Assim, não ficava... não ligava. Mas assim, ficava me questionando, eu voltei meio assim ‘Bom, aqui eu sou branco, lá não sou?’. Bom, aqui (no Brasil) me consideram branco porque chamam todo mundo de negro... Eu sou branco e pronto. Não sei se um marco, mas eu lembro desse meu conflito...na Suécia eu senti preconceito enquanto... Não ‘preconceito’, mas eu senti que eles me diferenciavam. Me diferenciavam, né...”

O entrevistado expressa o seu conflito interno ao não ser reconhecido como branco. De acordo com suas próprias palavras, não sabe se ali um “marco” ficou estabelecido. Quando o entrevistado saiu do seu lugar de branco, sentiu-se alvo de preconceito. Com certeza foi um momento no qual se deu conta dos limites de sua branquitude. A associação com a cor escura despertou sentimentos incômodos que o remeteram a refletir sobre ser estigmatizado pela cor da pele. Poder-se-ia tecer comentários de que isso se deveu mais ao fato dele ser um branco brasileiro, provavelmente miscigenado, e que estando na Europa, a



situação de discriminação foi pela sua nacionalidade. No entanto, a questão que nos interessa aqui não é determinar se aquilo ocorre com a maioria dos brasileiros ou apontar quem são os “brancos de verdade”. O propósito aqui foi ilustrar a natureza polimorfa da branquitude, principalmente demarcando-a, a fim de diminuir sua invisibilidade para brancos e não-brancos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir dos depoimentos verificamos que o difundido o jargão de que somente existe uma raça – a raça humana –, não faz implodir o conhecimento de senso comum, seja por inacessibilidade às discussões científicas, seja por uma representação arraigada de que ser branco é a norma. Analisando as respostas dos entrevistados, e os detalhes dos seus comentários e argumentos, nota-se a ausência de reflexão mais apurada do construto social de raça, bem como uma maior consciência dos danos causados à toda sociedade pelos processos de discriminação racial.

De fato, tratam do tema das relações raciais considerando bem naturalmente o grupo negro como racializado. Do seu grupo não sabe falar muito, nem se pode falar muito. É no mínimo, curiosa, a situação de pessoas desracializadas, mas que possuem um olhar para e o conhecimento de uma geografia racial do outro (Piza, 2003). O construto social de raça apresenta-se como um forte princípio para organização da realidade, como se fosse uma série de histórias de ficção bastante verossímil, que contadas repetidamente, solidificam preconceções e vão situando as pessoas no mundo (CONLEY, 2001).

Quando analisamos as representações sociais estamos num outro nível, que não é o da centralização no sujeito individual, mas sim no nível dos fenômenos produzidos pelas construções particulares da realidade social. São as formas estabelecidas de mediação social que vão gerar as representações sociais (Jovchelovitch, 2003). A análise aqui desenvolvida pautou-se nesses processos de mediação social que conferem uma estrutura peculiar às representações sociais. Embora existam pessoas que optam por ignorar experiências nas quais as preconceções de raça se fazem presente, criando defesas psíquicas contra realidades desagradáveis – e pôde-se perceber essa habilidade em alguns momentos, nas respostas e reações de constrangimento e incômodo nas entrevistas –, é mais difícil manter o discurso politicamente correto, após confrontar-se com a própria ignorância (STEYN, 2004). A intersecção temática da dissertação gerou incômodos e ansiedades nos entrevistados, principalmente pelo centramento na condição racial de branco. As pessoas se viram



confrontadas com uma extensão e profundidade de aspectos que ignoram mais ou menos inconscientemente, e que permearam e permeiam suas vidas.

A identificação dos significados associados à branquitude torna-se possível à medida que surgem associações de idéias subjacentes nas representações sociais da pertença racial dos entrevistados. O processo de elaboração das representações na situação de entrevista através dos discursos se dá em condição de atividade de reinterpretação contínua. Para Spink (2003), é nesse processo que reside o concreto objeto de estudo das representações sociais na perspectiva psicossocial. Diante da ameaça, do incômodo, e tendo que dar conta, de alguma forma, daquilo que foi apresentado enquanto questão, surge também o sentimento de impotência, a estratégia da defesa para se proteger, e a projeção em um outro (JOFFE, 2003). O contato inesperado com algo que não estão habituados a reconhecer e experimentar, ameaça o sentido de ordem e a sensação de controle.

A confluência de fatores mencionada acima indica maneiras como os mecanismos psíquicos podem interagir com forças sociais para forjar as representações sociais (JOFFE, 2003). Verificamos que ainda que existam indicações de que os participantes atribuiriam a origem e manutenção das desigualdades a um processo no qual o seu grupo de pertença racial estaria implicado, o constante bombardeamento de mensagens que atribuem a persistência do preconceito e discriminação racial exclusivamente ao grupo negro faz predominar representações sociais que permitem distância e insensibilidade ao problema.

Ainda considerando a teoria das representações sociais, de acordo com Sobrinho (1998), a construção das representações se dá através de sujeitos que ocupam uma determinada posição no espaço social; são o produto de representações acerca de um objeto que possui “relevância cultural” e “espessura social”. Ou seja, as representações se constituem em um saber efetivamente praticado, implicadas na prática social de um grupo (Sá, 1998) e estão entrelaçadas, pela sua emergência histórica, na trajetória de uma sociedade, circulando tanto no pensamento científico, quanto no pensamento popular (JOFFE, 2003).

Por fim, é crucial informar que, à época do estudo, apesar dos cursos de Psicologia (maior percentual de estudantes brancos) e de Ciências Sociais (maior percentual de estudantes negros) apresentarem diferenças significativas na composição de estudantes por cor/raça, elas não se mostraram enquanto influências consideráveis no espectro de opiniões observado no conjunto das entrevistas. Ou seja, a convivência em maior ou menor grau com estudantes negros ou brancos não alterou significativamente a qualidade dos discursos dos sujeitos brancos. O curso de Psicologia da UFBA sempre teve um número muito maior de



estudantes brancos que negros, e figura entre os cursos mais concorridos no vestibular da UFBA. O curso de Psicologia tinha ainda um percentual feminino elevado em relação ao masculino, mas diferenças por causa de fatores de gênero não foram surgiram. O curso de Ciências Sociais tem uma proporção entre estudantes brancos e estudantes negros inversa. Esta diferença na proporção da composição racial dos dois cursos configura-se em diferentes condições para as possibilidades de convivência entre eles, dada a oportunidade e frequência de contatos, o que pode vir a influenciar não apenas as relações entre os estudantes negros e brancos, mas, conseqüentemente, toda uma gama de representações associadas a estes grupos raciais, que abrange diversas áreas de suas vidas, para além do convívio universitário. No entanto, em termos de resultados da pesquisa, a composição racial diferenciada dos dois cursos não se traduziu em diferenças nos depoimentos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- CARONE, Iray. Breve Histórico de uma Pesquisa Psicossocial Sobre a Questão Racial Brasileira. In: CARONE, Iray; BENTO, Maria Aparecida Silva (orgs.). *Psicologia Social do Racismo: Estudos Sobre Branquitude e Branqueamento No Brasil* (2ª ed.). Petrópolis, RJ: Vozes: 2003.
- CHAVES, Antonio Marcos. A Vida e o Viver em um Internato: O Ponto de Vista de um Grupo de Meninos Residentes. In: LORDELO, Eulina da Rocha; CARVALHO, Ana Maria A.; KOLLER, Silvia Helena (orgs.). *Infância Brasileira e Contextos de Desenvolvimento*. São Paulo: Casa do Psicólogo; Salvador, BA: EDUFBA: 2002.
- CHAVES, Evenice Santos. *O Racismo na Trajetória Escolar e Profissional de Professoras Universitárias*. Tese (Doutorado em Psicologia) - Universidade Federal do Pará, Belém, PA, 2006.
- CONLEY, Dalton. Universal Freckle, or How I Learned to be White In: RASMUSSEN, Birgit Brander.; KLINENBERG, Eric; NEXICA, Irene J.; WRAY, Matt (eds.). *The Making and Unmaking of Whiteness*. Durham: Duke University Press: 2001
- DUSTER, Troy. The “Morphing” Properties of Whiteness. In: RASMUSSEN, Birgit Brander.; KLINENBERG, Eric; NEXICA, Irene J.; WRAY, Matt (eds.). *The Making and Unmaking of Whiteness*. Durham: Duke University Press: 2001.
- FERREIRA, Ricardo Franklin. A Construção da Identidade do Afrodescendente: A Psicologia Brasileira e a Questão Racial. In: BARCELAR, Jefferson; CAROSO, Carlos. (orgs.). *Brasil, um País de Negros?* Rio de Janeiro: Pallas; Salvador, BA: CEAO: 1999.
- FRANKENBERG, Ruth. *The Social Construction of Whiteness: White Women, Race Matters* (7th printing). Minneapolis: University of Minnesota Press: 1999.



GALLAGHER, Charles A. White Racial Formation: Into The Twenty-First Century. In: DELGADO, Richard; STEFANCIC, Jean (eds.). *Critical White Studies – Looking Behind the Mirror*. Philadelphia: Temple University Press: 1997.

JODELET, Denise. *Loucura e Representações Sociais*. Petrópolis, RJ: Vozes: 2005.

JOFFE, H. “Eu Não”, “O Meu Grupo Não”: Representações Sociais Transculturais das Aids. In: GUARESCHI, Pedrinho; JOVCHELOVITCH, Sandra (orgs.). *Textos em Representações Sociais* (8ª ed.). Petrópolis, RJ: Vozes: 2003.

JOVCHELOVITCH, Sandra. Vivendo a Vida com os Outros: Intersubjetividade, Espaço Público e Representações Sociais. In: GUARESCHI, Pedrinho; JOVCHELOVITCH, Sandra (orgs.). *Textos em Representações Sociais* (8ª ed.). Petrópolis, RJ: Vozes: 2003.

LIPSITZ, George. *The Possessive Investment in Whiteness: How White People Profit from Identity Politics*. Philadelphia: Temple University Press: 1998.

MOSCOVICI, Serge. *A Representação Social da Psicanálise*. Rio de Janeiro: Zahar Editores: 1978.

MUNANGA, Kabenguele. Introdução In: CARONE, Iray; BENTO, Maria Aparecida Silva. (Orgs.). *Psicologia Social do Racismo: Estudos Sobre Branquitude e Branqueamento No Brasil* (2ª ed.). Petrópolis, RJ: Vozes: 2003.

PIZA, Edith. Porta de Vidro: Entrada para a Branquitude. In: CARONE, Iray; BENTO, Maria Aparecida Silva. (Orgs.). *Psicologia Social do Racismo: Estudos Sobre Branquitude e Branqueamento No Brasil* (2ª ed.). Petrópolis, RJ: Vozes: 2003.

RASMUSSEN, Birgit Brander.; KLINENBERG, Eric; NEXICA, Irene J.; WRAY, Matt. Introdução In: RASMUSSEN, Birgit Brander.; KLINENBERG, Eric; NEXICA, Irene J.; WRAY, Matt (eds.). *The Making and Unmaking of Whiteness*. Durham: Duke University Press: 2001.

REY, Fernando Gonzalez. La Subjetividad: Su Significación para la Ciencia Psicológica. In: REY, Fernando Gonzalez; FURTADO, Orlando (Orgs.). *Por uma Epistemologia da Subjetividade: Um Debate Entre a Teoria Sócio-Histórica e a Teoria das Representações Sociais*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2002.

REY, Fernando Gonzalez. *O Social na Psicologia e a Psicologia Social: A Emergência do Sujeito*. Petrópolis, RJ: Vozes: 2004.

SÁ, Celso Pereira de. *A Construção do Objeto de Pesquisa em Representações Sociais*. Rio de Janeiro: EdUERJ: 1998.

SAWAIA, Bader Burian. Representação e Ideologia – O Encontro Desfetichizador. In: SPINK, Mary Jane (org.). *O Conhecimento no Cotidiano*. São Paulo: Brasiliense: 1995.

SILVA, Marcus Vinícius de Oliveira. Psicologia, Subjetividade e Relações Raciais no Brasil. In: BOCK, Ana Mercês Bahia (org.). *Psicologia e o Compromisso Social*. São Paulo: Cortez Editora: 2003.



SOBRINHO, Moisés Domingos. “Habitus” e Representações Sociais: Questões Para o Estudo de Identidades Coletivas. In: MOREIRA, Antônio da Silva Paredes; OLIVEIRA, Denize Cristina de (orgs.). *Estudos Interdisciplinares de Representação Social*. Goiânia: Editora AB: 1998.

SPINK, Mary Jane. Desvendando as Teorias Implícitas: Uma Metodologia de Análise das Representações Sociais. In: GUARESCHI, Pedrinho; JOVCHELOVITCH, Sandra (orgs.). *Textos em Representações Sociais* (8ª ed.). Petrópolis, RJ: Vozes, 2003.

STEYN, Melissa. Novos matizes da “Branquidade”: A Identidade Branca numa África do Sul Multicultural e Democrática. In: WARE, Vron (org.). *Branquidade*. Rio de Janeiro: Garamond Universitária: 2004.

Recebido em março de 2014

Aprovado em maio de 2014